

O EDIFÍCIO MANUEL PINTO DA SILVA EM BELÉM COMO IDEAL DE MODERNIDADE

RIBEIRO, REBECA. (1); CHAVES, CELMA. (2)

1. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Pará (PPGAU-UFPA) (2019), Pós-Graduanda em Gerenciamento de Obras, Qualidade e Desempenho da Construção (IPOG) (2018) e Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade da Amazônia (2015).

2. Doutora em Teoria e História da Arquitetura pela Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona/Universidade Politécnica da Cataluña (2005), Docente do Programa de Pós graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA.

RESUMO

As cidades brasileiras que desenvolveram um processo de crescimento vertical nas primeiras décadas do século XX adquiriram status de modernas. Essa verticalização em Belém surgiu inicialmente na Avenida Presidente Vargas (antiga Avenida 15 de agosto). Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados parciais da pesquisa sobre modernização na cidade de Belém observada entre as décadas de 1940 e 1960. A análise é feita a partir do estudo de caso do Edifício Manuel Pinto da Silva, localizado na confluência de quatro Avenidas importantes para a cidade, sendo uma delas a antiga Avenida 15 de agosto. Foi projetado pelo arquiteto e engenheiro Feliciano Seixas, lançado em 1948 e sua última torre inaugurada em 1960. Com características distintas, diferente de tudo o que já havia sido construído na cidade, contando com aproximadamente 108 metros de altura, distribuídos em seus 26 pavimentos, chegou a ser considerado um dos edifícios mais altos do Brasil. Por meio de documentos de fontes primárias e redesenhos pôde-se compreender as tramas históricas que culminaram em sua construção, assim como os processos de concepção das novas moradias verticalizadas que se iniciaria na década de 1940 e teria nesse edifício sua expressão mais significativa até então.

Palavras-chave: Belém; Edifício; Modernidade.

INTRODUÇÃO

O processo de modernização da cidade de Belém esteve diretamente relacionado aos condicionantes econômicos ocorridos no final do século XIX e início do século XX, onde a capital de então viveu a chamada *belle époque* local. A evolução tecnológica que transformou os meios de produção e de transporte provocadas pela Revolução Industrial resultaram no surgimento de uma nova ordem, caracterizada pela abertura de amplas vias, setorização urbana, criação de estações ferroviárias e de bonde. Nesse momento, surgem então as teorias e legislações sanitárias, higienistas, trabalhistas e modelos urbanísticos, que intentavam melhorar os aspectos de habitação nessas cidades consideradas insalubres, influenciando a modernização arquitetônica (FERNANDES; GOMES, 1992).

No caso de Belém, as iniciativas do intendente Antônio Lemos (1897-1911) que fomentaram essa modernização estiveram estreitamente vinculadas com as novas leis promulgadas, entre elas a Lei nº 381, de 16 de janeiro de 1904, que autorizou o intendente municipal a entrar em negociação com quaisquer empresa visando a construção e exploração das então projetadas Avenidas 15 de Agosto, Ferreira Pena e Serzedelo Corrêa, bem como suas novas edificações. As larguras das avenidas e travessas foram fixadas entre 20 e 30 metros, "conforme as conveniências locais". A mesma Lei, no artigo segundo, autorizava "expropriar os terrenos que se tornassem necessários para a regularização do alinhamento".

No entanto, foi a partir da década de 1930 que os incentivos para a modernização se aceleraram, ainda que a administração municipal não conseguisse suprir as deficiências de infraestrutura e economia, situação esta que se refletia na diminuição da população, que era obrigada a buscar trabalho fora da cidade. A chegada de Getúlio Vargas ao poder federal e a força do populismo, foi marcada por mudanças fundamentais na maneira de se pensar a cultura brasileira e a própria identidade nacional (ORTIZ, 1985).

As administrações municipal e estadual se empenhavam em tornar a imagem da cidade mais agradável e, promoveriam então, as primeiras iniciativas de transformações, com o objetivo de diferenciar a nova ordem política das gestões anteriores. Obras de aterramento, calçamento e reordenação vão sendo instauradas, dentre elas destaca-se o processo de urbanização da Praça da República, que passou de um grande descampado

proveniente do século XVIII, para um grande símbolo de uma Belém erudita e civilizada (CHAVES, 2011).

A então Avenida 15 de Agosto (atual Presidente Vargas) passará a ser "vitrine das modernas tendências arquitetônicas". É em sua extensão que se pode observar a tentativa de modernização que o governo estabelece em todo o país. Foi também nesta avenida, que empresários e comerciantes instalaram os seus negócios, incentivados pelo poder público para torná-la mais atraente. O incentivo mais importante foi dado pelo governo municipal, ao facilitar a aquisição de seus terrenos pelos comerciantes e instituições que pretendiam ali construir (CHAVES, 2008).

Chaves (2008) explica que havia um processo mercadológico nos meios de comunicação da época que exaltavam as novas construções e os materiais de construção utilizados, especialmente o cimento e o vidro. Através da Lei estadual nº 3.450 de 6 de outubro de 1956, deu-se o incentivo legal que determinou que qualquer construção na Avenida 15 de Agosto obedeceria a altura mínima de 12 pavimentos e as situadas no entorno da mesma teriam no mínimo 10 pavimentos, adotando-se então o conceito de verticalização da cidade.

Não havia, entretanto, na comunidade, total adesão ao novo modelo urbano, que resistiu inicialmente a sair de suas casas térreas para morar em apartamentos pelo próprio desconhecimento desta nova condição. Ocorre a partir da década de 1940 a construção dos primeiros edifícios altos, seguindo a tendência das principais grandes cidades brasileiras, construídos inicialmente com fins comerciais. Em 1946 é construído, em Belém o primeiro edifício residencial com mais de quatro pavimentos, o Edifício Piedade.

Foi no final da década de 40 que ocorre então o lançamento do Edifício que viria a se constituir como um marco da modernidade e do novo modo de morar na capital do Pará e da Amazônia: o Edifício Manuel Pinto da Silva. Divulgado nos meios de comunicação da época como um excepcional presente à cidade, "orgulho da arquitetura paraense" (O Liberal, p.5, 24 dez. 1951) com localização privilegiada, símbolo da inovação e modernidade, projetando a cidade a nível nacional e internacional.

VERTICALIZAÇÃO E MODERNIDADE

Um narrativa histórica é uma trama a partir da qual "conhecemos" a história, ou seja,

descrevamos sua epistemologia. O objetivo da narrativa não é fazer uma descrição densa objetivando ser totalizadora, mas ampliar o campo de visão, situando acontecimentos pontuais em um contexto maior para a melhor compreensão (VEYNE, 1983). É nesse sentido, que pretende-se esboçar nesse texto uma narrativa que aproxime a construção do Edifício Manuel Pinto da Silva às tramas que traçaram o percurso de sua concepção, construção e dos personagens relacionados à esse episódio que é parte inconfundível da história da cidade Belém.

Não é uma tarefa simples montar um histórico da arquitetura realizada neste século na América Latina. Como se sabe, o ambiente é “extremamente plural e heterogêneo”, como notou Waisman (2013). “Especificamente no caso da Amazônia Oriental Brasileira, onde o desenvolvimento da arquitetura e da cidade sofreu o influxo de seus ciclos econômicos e de suas particularidades geográficas e socioculturais, essas questões adquirem matizes que não podem ser desconsideradas.” (CHAVES, 2016, p.9). Entre eles está o fato de, nesse momento, Belém ainda encontrar-se quase que isolada do resto do Brasil, caracterizando-se como o que GORELIK *apud* MÜLLER (2011, p.10) chamou de “duplamente provinciana”, pois além de estar localizada em um país do hemisfério sul, longe do continente europeu, faz parte da região Norte do país, longe mais uma vez do eixo sul-sudeste do país, onde se concentram o maior desempenho econômico e industrial.

Por isso se faz necessário esboçar uma interpretação que explore suas particularidades e que desvele os mecanismos mais além das materialidades das realizações, para “não correremos o risco de nos equivocarmos ou desconhecermos nossa realidade histórico-arquitetônica e urbana” (WAISMAN, 2013).

A sociedade local esteve inserida em “dois contextos históricos significativos” (CHAVES, 2016), que devem ser levados em consideração para o melhor entendimento do contexto local, destacando-se a década de 1930 com o Regime do Estado Novo e a década de 1950, com a ideologia do desenvolvimentismo.

A década de 1930 é marcada pela chegada ao poder de Getúlio Vargas, através da “Revolução de 1930”. No Pará, o então governador Eurico de Freitas Vale, responsável pela resistência a Revolução no estado é deposto por Vargas e em seu lugar assume uma junta governativa que ficou no poder até a chegada do tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, que assume o cargo de interventor em 12 de novembro de 1930.

O novo regime político defendia a modernização como ideário e o governo entendia que o símbolo mais eficaz dessa modernidade que precisava ser empregado era o edifício em altura, disseminado pelo “Estilo Internacional” materializado nas grandes cidades em edifícios verticalizados a exemplo dos arranha-céus norte-americanos que tornaram-se modelos de modernidade (CHAVES, 2008). Gorelik (1999) afirma que a modernidade se impôs como parte de uma política deliberada para conduzir à modernização e nessa política a cidade foi o objeto privilegiado.

Meira Filho (1973) relembra que os belenenses abastados ainda se concentravam, nos anos 1930, nas áreas vizinhas do Largo da Pólvora (atual Praça da República com Av. 15 de Agosto), tornando-se “o centro de todas as atenções, dos fuxicos, das realizações de caráter beneficente e social”.

Magalhães Barata então decide dar à antiga Avenida 15 de agosto um novo alinhamento, oferecendo terrenos a empreendedores que substituíssem os antigos casarões coloniais de origem comercial por “prédios de boa apresentação” (OLIVEIRA, 2005). Pela avenida passava a linha de bonde que seguia pela estrada de Nazareth até o início da Estrada de Ferro Belém-Bragança, estruturando o referido eixo vetorial de crescimento no sentido Nordeste em direção ao continente, que permanece até os dias de hoje (MELLO, 2007).

O livro “Belém – Estudo de Geografia Urbana” de Antônio Rocha Penteado, editado em 1968, é uma obra importante para a compreensão do cenário socioeconômico da cidade no período estudado. Parte da obra dedica-se a demonstrar as mudanças ocorridas na cidade entre as décadas de 1940 e 1960, para demonstrar o crescimento marcado pela verticalização que, para o autor, era “o símbolo maior de sua modernidade”.

Destaca-se na década de 1940 a entrada de marcos regulamentadores a este processo, em especial o decreto-lei nº 166 de 03 de novembro de 1943, que regulamentava o “Plano Urbanístico da Cidade”, uma espécie de plano diretor a disciplinar o crescimento de Belém e o adaptando “as modernas concepções de arquitetura” (CHAVES, 2011). O plano que nortearia o crescimento da cidade fora elaborado pelo engenheiro Jerônimo Cavalcanti, nomeado prefeito de Belém em 21 de fevereiro de 1943 pelo então interventor federal Magalhães Barata. Segundo Borges (1986), nos seus poucos meses de prefeito de Belém, nos teria deixado o “famoso plano de remodelação desta cidade, apenas revelado fragmentariamente”.

Para Chaves (2008), tratava-se de um plano de remodelação e trataria de definir zonas de usos distintos, circulação, saneamento, arquitetura, parques e jardins, centro cívico e um cinturão verde de circulação rápida. Cavalcanti havia sugerido a ampliação do gabarito mínimo das principais avenidas do centro da cidade, em especial da Avenida 15 de agosto. Cavalcanti, observando o local como um dos mais importantes do centro da cidade, onde se localizavam os melhores hotéis, cinemas, teatros, estabelecimentos comerciais de médio e alto luxo, escritórios, representações diplomáticas, dentre outros, entendeu esse espaço como o ideal para representar um microcosmo de cidade moderna (CHAVES, 2016). A prefeitura cederia os terrenos e isenções de impostos para construções naquela área. Essa concentração visava garantir, em um período de crise econômica, que a cidade encontrasse uma forma de garantir sua imagem de metrópole regional (CHAVES, 2011).

Com muitas dificuldades, este plano, pensado na 2ª Grande Guerra em meio a crises de abastecimento e de governo, tentava estabelecer uma nova lógica racional de urbanização e organização do espaço urbano em meio ao caos (CHAVES, 2013), foi considerado inexecutável por todos quantos opinaram sobre o mesmo (PEREIRA; FERRARI, 1969).

As poucas informações que se tem sobre este plano devem-se principalmente a duas questões: as dificuldades financeiras vividas pela cidade na década de 1940, o custo financeiro de pô-lo em prática parecia inviável, o que não proporcionou a aplicabilidade do plano e os problemas no cenário político da capital, como o fim do relacionamento entre o então interventor Magalhães Barata e Jerônimo Cavalcanti, o que fez com que, em menos de 06 meses como prefeito, este solicitasse sua demissão (MEIRA, 1976, *apud* CHAVES, 2013). Além do fato de que, em um curto espaço de tempo, a cidade teve 15 prefeitos (CHAVES, 2016).

Porém, para Chaves (2008) o principal incentivo dado à verticalização da Avenida foi com a Lei 3.450 de 6 de outubro de 1956 que decretava a altura mínima das construções. Segundo Oliveira (1992) esta Lei definia a altura mínima de 12 pavimentos para os edifícios localizados até a Praça da República e 10 pavimentos para os edifícios localizados nas Avenidas Portugal, Boulevard Castilhos França, Assis de Vasconcelos e João Alfredo.

Outro ponto importante sobre a construção de Edifícios Residenciais no período de amadurecimento da moraria vertical, era o uso misto. Foi muito comum a instalação lojas, conjuntos de salas para escritórios e consultórios nos andares inferiores. Além disso, nota-

se o refinamento e classe destes (CHAVES, 2016).

O processo de verticalização ocorrido em Belém na década de 1940 mesmo com limitações, no sentido dos propósitos e sua efetiva implementação, por ter se concentrado em uma única avenida, dava à região um ar de metrópole inspirado no processo de verticalização de capitais do sul do País como Rio de Janeiro e São Paulo.



Figura 1: Avenida 15 de Agosto na década de 40.
Fonte: Blog da FAU-UFPA.

A antiga Avenida 15 de Agosto reunia então uma série de condições especiais, possuía altas cotas de nível, acesso ao porto e se interligava a Estrada de Nazareth (atual Avenida Nazaré) e à Estrada do Utinga (atual Avenida Magalhães Barata) por linhas de bonde que, por sua vez, tinham acesso à estação da Estrada de Ferro Belém-Bragança (PENTEADO, 1968).

O início da verticalização de Belém obedeceu à lógica da produção e valorização do espaço da cidade, limitando-se, inicialmente, às “áreas mais altas e valorizadas” (OLIVEIRA, 1992). Nasce um “processo forçado de verticalização” (MARINS, 1998), seguindo lógicas contrárias ao que acontecia em São Paulo, por exemplo, onde, foram criadas políticas públicas que buscavam limitar os “excessos” do processo de verticalização. É possível constatar então a importância da Avenida Presidente Vargas e os diversos fatores que favoreceram a sua influência na capital paraense, no contexto e ideário de cidade desenvolvida e próspera que se pretendeu estabelecer durante muitas décadas em Belém (CHAVES, 2013).

O edifício de apartamentos, neste momento, veiculava uma imagem de progresso e avanço técnico, em que o crescimento vertical e a nova forma de morar criaram um imaginário de modernidade. O público que passou a habitar os apartamentos modernos era elitizado, e novas necessidades caracterizavam seu modo de morar. Tudo era novo, o espaço e a tecnologia, em um grupo social que tinha a intenção de acompanhar a modernidade. Acomodar-se a essas alterações exigia esforços, tanto dos moradores como de quem projetava e construía os edifícios.

A verticalização na região atinge seu momento auge com cerca de quatro projetos executados em sequência na Avenida 15 de Agosto. Em todos se competia na altura e na suntuosidade dos revestimentos, em especial, destaca-se as concorridas cerimônias de inaugurações (CHAVES, 2011).

Em 1946 é construído o primeiro edifício residencial com mais de quatro pavimentos, o Edifício Piedade. O Edifício Renascença, de dez pavimentos e de uso misto foi inaugurado em 1952. Estes dois últimos Edifícios citados foram construídos em duas esquinas paralelas e separadas pela Rua Oswaldo Cruz, segundo Chaves (2008) em uma área pouco ocupada no início dos anos cinquenta. Em 1954 foi a inauguração do considerado Edifício mais caro já construído até então (CHAVES, 2008), o Edifício “Importadora de Ferragens”, com 10 pavimentos, de uso misto. O Edifício Palácio do Rádio, inaugurado em 1956 com 13 pavimentos.

O uso misto em meados do final da década de 1950 começaria a ser gradativamente abandonado. Salvo raras exceções, enquanto os outros bairros - Batista Campos e Nazareth – abrigariam edifícios de uso exclusivamente residencial (MELLO, 2007).

O EDIFÍCIO MANUEL PINTO DA SILVA - UM MARCO DE PROGRESSO

O lançamento do Edifício Manuel Pinto da Silva ocorre no ano de 1948. Seu nome é o mesmo de seu propulsor, comerciante português, nascido no Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto, em Portugal em 1 de abril de 1914, veio para Belém ainda pequeno e aqui cresceu, construiu seu patrimônio e sua família. Começou a vida em empregos humildes, inicialmente como “tarimbeiro” e faxineiro.

Movido pela alta visão de negócios, cedo já entrava por conta própria no negócio de

transportes de cargas e anos depois já dominava o mercado nos transportes urbanos. Enriqueceu rapidamente e investiu seus lucros em novos empreendimentos comerciais. Atuava como agricultor, empresário e construtor. Possuía na época: olaria, serraria, granja e as lojas “A automobilista” e “Posto Studebaker”. Tornou-se nome conhecido na sociedade belenense, eleito “Comerciante do ano” pela Associação Comercial do Pará – ACP em 1959.

Parte de sua vida dedicou à Granja Santo Amaro, localizada onde hoje existe o residencial Almir Gabriel, conhecido como ocupação “Che Guevara”, no município de Ananindeua - PA. A Granja foi uma das fontes de renda e de lazer da família Pinto da Silva por anos, possuía criação de gados, porcos, galinhas, cavalos e outros animais. O leite retirado da vacaria era distribuído e vendido para clientes em garrafas de vidro, inclusive no térreo do Edifício Manuel Pinto da Silva.

Além da criação de animais, havia plantação de pimenta-do-reino, laranja, maracujá, caju, ingá, açaí e outros. A maior plantação era a de pimenta-do-reino, que era vendida não só dentro do Brasil, mas também era exportada para os Estados Unidos (NASCIMENTO, 2008).

Foi então que sonhou fazer pela nova terra algo que a engrandecesse, “resolveu construir o maior edifício do Norte do País” (Última Hora, 8 de julho de 1961 p. 4). A empresa Manuel Pinto da Silva S/A, Comércio, Indústria e Agricultura, foi a responsável pela construção e incorporação do Edifício. No meio de poucos capitais disponíveis, sem mão de obra especializada e importações difíceis, seu projeto foi recebido com incredulidade pela população.

O primeiro bloco, situado na Avenida Nazaré, iniciou a construção em 1949, executado com 12 pavimentos, possuindo dois apartamentos por andar, com exceção dos dois últimos, onde apenas um apartamento foi construído, contando com um diferencial dos demais, um terraço com ampla área livre e com vista privilegiada da cidade.



Figura 2: O Primeiro bloco do conjunto, no início da década de 50, ainda com 11 pavimentos.
Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva

Apartamentos com três amplos quartos e uma sala de banho. No setor social, salas de estar e jantar e uma ampla sacada que acompanha toda a extensão do apartamento na fachada principal. No setor de serviço, cozinha, área de serviço e dependência de empregada completa. Em reportagem para o jornal “A Província do Pará”, Feliciano Seixas, apresentava alguns dos diferenciais do empreendimento para aquele período:

“(...) todo construído em concreto armado, isto é um conjunto de colunas e vigamento contínuo, seus seis pilares centrais, são, pode-se dizer, os pilares de maior carga construídos em Belém (...) Possuirá também o maior vão livre construído em prédio de grande porte em Belém, com cerca de 10 metros, bem como sua sacada se projeta sobre a rua com três metros e vinte e cinco centímetros, pode-se dizer a maior sacada já construída no norte do Brasil (...)”. (A Província do Pará, 1 de Janeiro de 1950, p. 3).

Os Jornais e emissoras de rádio da época convidavam as autoridades e a população para presenciar a cerimônia de inauguração da “mais alta construção de nossa capital”, ocorrida em 25 de dezembro de 1951. A entrega da obra foi divulgada como um excepcional presente de natal à Cidade de Belém. O bloco contava com cerca de 19 apartamentos e

uma loja térrea, onde funcionou por décadas a matriz da loja “A Automobilista”, com mais de 700 metros quadrados.

A cerimônia foi marcada pelo corte da fita simbólica pelas mãos do então Governador do Estado, Alexandre Zacarias de Assunção, acompanhado de uma comitiva composta por Manuel Pinto da Silva, o Arcebispo Metropolitano de Belém, Dom Mário de Miranda Vilas-Boas, o Prefeito, Lopo Alvarez de Castro e Feliciano Seixas, arquiteto e engenheiro da obra.



Figura 3: O Governador do Estado cortando a fita simbólica.

Fonte: Acervo do condomínio do Edifício.

Feliciano Seixas (1913-1971) paraense, arquiteto e engenheiro civil, autor do projeto e engenheiro responsável pela obra do primeiro bloco do Edifício se formou como arquiteto, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Quando retornou a Belém, transferiu-se para a EEP - Escola de Engenharia do Pará, onde se formou engenheiro civil e depois lecionou as disciplinas de Desenho a Mão livre, Desenho Técnico e Arquitetura. O calculista responsável pelo primeiro bloco do Edifício foi João Maria Lima Paes (1915-2003), engenheiro civil e paraense, foi professor da disciplina da disciplina de “Estabilidade das Construções” na EEP.

A população atendeu aos convites e compareceu em massa, se posicionando em frente ao Edifício para assistir ao evento. Após o corte da fita, a comitiva e seus convidados entraram para iniciar a demonstração da obra e as bênçãos dadas pelo Arcebispo. Retornando ao térreo, foi o momento de inaugurar a loja matriz da “A Automobilista”, desta vez, a fita simbólica foi cortada pelas mãos do Prefeito de Belém. A loja comercializava veículos da marca *Studebaker* e *Simca*, peças e acessórios para carros, caminhões e

ônibus, maquinários e ferramentas para oficinas mecânicas, materiais elétricos, eletrodomésticos e afins.

A construção do segundo bloco, o mais alto do conjunto, iniciou logo em seguida, no ano de 1952. Entre a inauguração do primeiro bloco e o restante do conjunto foi feita “intensa comercialização dos apartamentos e muita publicidade na imprensa local, para atração de venda de apartamentos, aluguel e sublocação de imóveis” (SILVA, 2010).



Figura 4: O segundo bloco em construção e em fase de finalização.
Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

O engenheiro Antônio Alves de Noronha (1904-1962), nascido no Piauí, responsável por grandes obras no País, foi contratado depois da dispensa do Engenheiro Feliciano, ocorrida em 22 de setembro de 1954, depois de divergências de ordem financeira com o proprietário do Edifício em construção, esta transição, segundo Silva (2010), foi feita sem atropelos técnicos, tendo as obras em andamento sido vistoriadas. O engenheiro responsável que atuou em conjunto com Feliciano Seixas do início ao fim da obra foi Amyntas de Lemos Junior, engenheiro Civil, paraense, formado pela EEP.

A segunda e última etapa da obra foi inaugurada no dia 17 de abril de 1960. No edifício mais alto foram construídas no andar térreo lojas, escritórios e salões. Os apartamentos residenciais eram divididos em plantas de pavimento tipo que se modificavam do 1º ao 6º, do 7º ao 11º e do 12º ao 25º andar.

Construído inicialmente com aproximadamente 100 apartamentos variando em três tipos de plantas, entre apartamentos de dois e três quartos. Os apartamentos de dois quartos contavam com uma pequena saleta, sala de jantar, sala de visitas, um banheiro amplo, copa, cozinha e dependência de empregada completa. Os apartamentos de três quartos situados na esquina da Avenida Nossa Senhora de Nazaré contavam com um programa semelhante, somados de uma “sala de jantar íntima” e áreas não muito mais amplas.

No 26º pavimento já não havia apartamentos, apenas o terraço, ocupado parcialmente pelo “Restaurante Terrace” e suas dependências assim como a casa de máquinas dos elevadores. Pode-se afirmar que a vista mais privilegiada de Belém estava ali localizada, tendo um amplo campo de visão de aproximadamente 360º da cidade, tornando-se assim, um ponto turístico.

A altura do prédio chamava atenção de todo o centro da cidade, medindo aproximadamente 108 metros de altura, inserido em um contexto histórico onde os poucos edifícios existentes da cidade não passavam de 12 pavimentos de altura, o bloco mais alto dominava imponentemente a paisagem urbana. Por muitos anos foi Edifício mais alto do norte do Brasil. No anúncio do Jornal Folha do Norte, do dia 17 de Abril de 1960, página 12, é publicada a lista e a respectivas alturas das mais altas construções do mundo, segundo esta lista o Edifício Manuel Pinto seria o décimo sexto colocado no Ranking das construções mais altas.

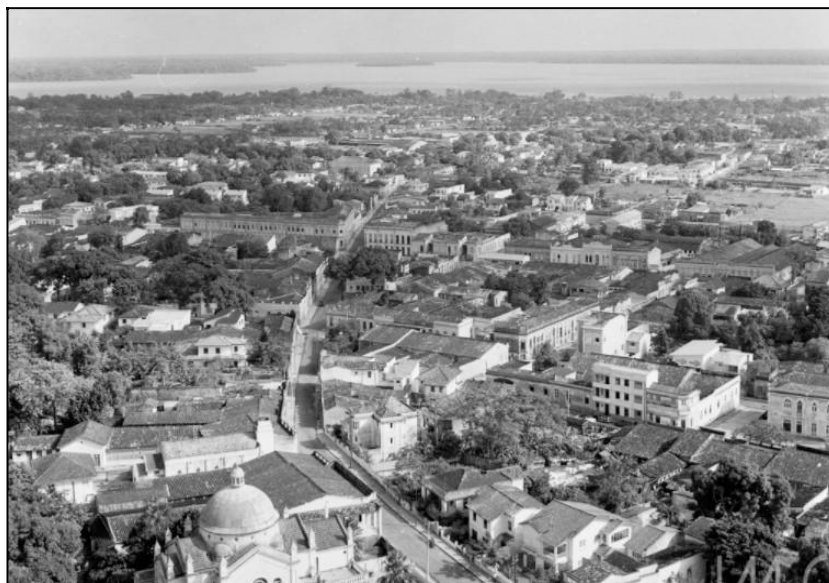


Figura 5: Vista aérea de Belém em 1958.
Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles.

Destaca-se na Figura 5 a Rua Arcipreste Manoel Teodoro, entorno imediato do Edifício. As tipologias de moradia seguiam o padrão neocolonial, construídos em lotes estreitos em sua maioria. A casa isolada no lote passou a caracterizar as novas construções na década de 50 e já pode ser observada na fotografia acima.

O Edifício transformou de uma vez por todas o *skyline* da cidade, implantando o “arranha-céu” na paisagem da Amazônia. Compondo uma das paisagens mais conhecidas da cidade, pois se localizava exatamente atrás do Teatro da Paz, em uma área de cota elevada e bom solo, que faziam ressaltar ainda mais a sua imponência (MELLO, 2007). Seu tamanho era ao mesmo tempo impressionante e assustador para uma cidade onde mesmo os pequenos arranha-céus ainda eram contados a dedo (CHAVES, 2011).

A conclusão do conjunto se deu nove anos após a inauguração do primeiro bloco. Exatamente quatro dias antes da conclusão de Brasília, esta inaugurada em 21 de abril de 1960. O terceiro e último bloco foi projetado inicialmente para ter 7 pavimentos e entregue com 11.



Figura 6: Vista aérea de Belém no início da década de 1960.
Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

O terceiro bloco possui os apartamentos menores, do tipo *kitnets* e dois quartos. Inicialmente totalizariam 50 apartamentos e uma loja no térreo, sendo executados 14 apartamentos no primeiro pavimento, devido uma ampliação no projeto e 50 unidades nos

superiores, totalizando cerca de 64 apartamentos.

A grande cerimônia de inauguração dos dois últimos blocos ocorreu pela manhã daquela sexta-feira, dia do feriado de Tiradentes. Conforme a tradição, foram convidados os representantes dos jornais da época, emissoras de rádio, autoridades e a população em geral para presenciar a festa patrocinada pelo criador e idealizador o português Manuel Pinto da Silva.

A comitiva de autoridades desta vez foi formada pelo então Governador do Estado do Pará, Luís Geolás de Moura Carvalho, o Vice-Governador Dionísio Bentes de Carvalho, e o Arcebispo de Belém, Dom Alberto G. Ramos. O Arcebispo deu início a benção da obra a partir da portaria social do Edifício até o último pavimento. Passaram por todos os corredores dos três pavilhões do conjunto. Manuel Pinto deixou clara a importância para ele sobre a benção “para através dela, melhor agradecermos a Deus ter-nos dado animo para levar avante, até o seu termino, esta jornada afanosa do nosso labor.”.

Um coquetel farto de comidas e bebidas foi servido aos convidados e autoridades no terraço, onde o proprietário discursou em transmissão ao vivo pela Rádio, tornando do conhecimento da população a inauguração final da obra. Depois de servido o coquetel aos convidados, foi aberto à visitação do Edifício ao público durante o restante do dia, até a noite. O fato de anoitecer não afastou os curiosos que ainda passavam por lá. Em uma cidade “duplamente provinciana” (GORELIK, 2011), a inauguração do Edifício seria uma festividade. As luzes das sacadas, dos salões e dos letreiros escritos “A automobilista” e “Manuel Pinto da Silva” já instalados no terraço foram acesas, fazendo ver, mesmo a noite o espigão que reinava absoluto no centro da cidade.

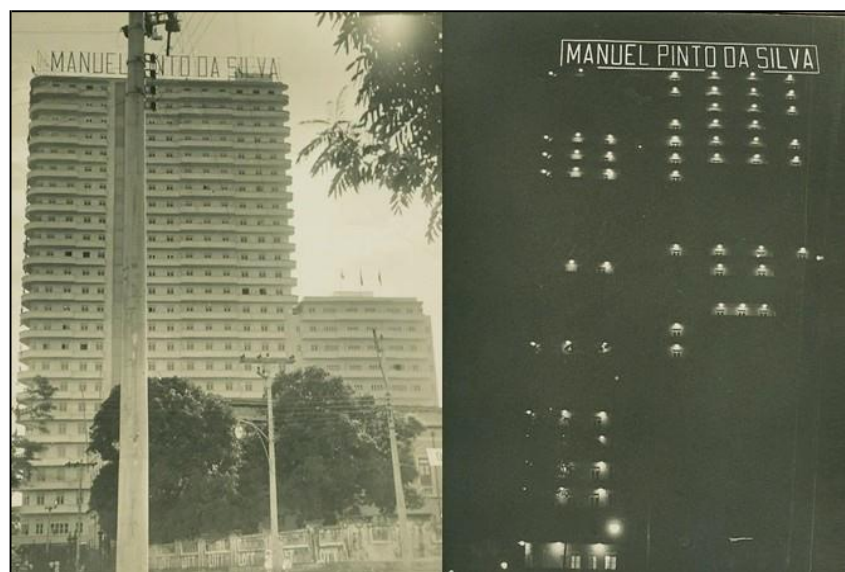


Figura 7: O conjunto no dia da inauguração final.
Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

O conjunto localizado estrategicamente na confluência de quatro importantes Avenidas, proporciona ao Edifício duas fachadas igualmente importantes. Os três amplos terrenos onde foi construído permitiu o desenvolvimento de formas mais livres e ousadas. O Edifício chegou a abrigar lojas, escritórios, empresas, um restaurante e apartamentos de diferentes tamanhos, constituindo-se em um micro quarteirão frente a importante Praça da República.

Caracteriza-se por elementos da arquitetura moderna, com destaque para seu partido com torre central mais elevada que as duas laterais, dispostas no terreno em forma de “L”. Os apartamentos dos três blocos tem acesso por circulações verticais (elevadores e escadas) ligadas a uma circulação horizontal aberta. As áreas molhadas das unidades, que compreende banheiro, cozinha e área de serviço, são dispostas paralelamente ao corredor comum do pavimento, propiciando ventilação cruzada nas unidades.

Suas amplas sacadas com quinas sinuosas ressaltam a inserção urbana do volume, amenizando o calor e protegendo da insolação. Em sua composição formal, o ritmo constante, ou seja, a usual repetição de elementos semelhantes marca as fachadas principais dos blocos. Gorelik (1999) define de “classicizantes” as fachadas contínuas, que remetem a simetria imposta nos antigos templos gregos. As fachadas laterais possuem poucas aberturas, praticamente “cegas”.

Le Corbusier defendia que, “por lei, todos os edifícios deviam ser brancos”, criticando a ornamentação nas fachadas. Frampton (1997) considera que a exposição ocorrida na Alemanha em 1927 foi a primeira manifestação internacional do modo de construir usando o branco, com volumes prismáticos e cobertura horizontal. A partir de então surgiram projetos que se destacavam externamente pelas paredes brancas, lisas e sem ornamentação, como por exemplo, a Villa Savoye, considerada um dos ícones maiores da arquitetura moderna no século XX, construída na França, em 1928.



Figura 8: Redesenho das fachadas principais.
Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

Os três blocos apresentam as paredes externas, assim como as esquadrias pintadas na cor branca, sem detalhes ornamentais. No térreo possui duas guaritas, uma social e outra de serviço, ambas situadas na Avenida Serzedelo Corrêa, um diferencial na época, visto que os edifícios altos até então construídos contavam com uma única entrada.

Tentou-se dar aos apartamentos na época o mesmo status da casa unifamiliar das classes média e alta, agregando valor através do uso de materiais nobres e modernos, principalmente em locais expostos ao público, como foi o caso das portarias, revestidas com mármore, pedras e espelhos, decoradas com lustres e móveis elegantes.

Ainda no pavimento térreo, existe uma ampla área com transparência marcada pelos pilares circulares robustos e fechamentos em esquadria de vidro. Esta maior relação com o espaço externo se dá propositalmente pela presença das lojas instaladas no local. No

restante do Edifício o elemento de transparência foi substituído pelo concreto e pela alvenaria.

Na cobertura é possível identificar o terraço (sem jardim), construído em forma de laje horizontal com impermeabilização, em contraposição aos telhados inclinados das construções tradicionais, característica marcante da “nova arquitetura” (BENEVOLO, 1979).



Figura 9: Redesenho em 3D do conjunto.
Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

Browne (1996) corrobora acerca da análise da arquitetura moderna, para o autor entre os diferentes tipos de desenhos, as plantas baixas ocupam o lugar de destaque, demonstram a essência da intenção do projetista. Aponta ainda que as obras de Le Corbusier foram muito influentes e cita como exemplo os temas centrais na análise de plantas modernistas: planta livre, fluidez espacial, integração interior/exterior, contraste entre opostos, abertos versus fechado e expandido versus compacto. Sugere uma “sequencia de raciocínio” na leitura de plantas.

Embora exteriormente a volumetria pura do Edifício fosse considerada como uma grande inovação, interiormente, os apartamentos continuavam excessivamente compartimentados. As plantas com traçados retangulares apresentam 5 variações originais, predominantemente com a mesma configuração de ambientes, variando entre quantidade e/ou tamanho: saleta, sala íntima, salas de estar (visitas) e jantar, quarto, banheiro, sacada, copa/cozinha, área de serviço e dependência de empregada completa.

Como os apartamentos foram projetados para atender a uma classe de poder aquisitivo alto na época, surgiram elementos novos, quando comparado aos exemplares anteriores, como o estar íntimo, servindo como ambiente de apoio aos quartos.

Nota-se que o projeto é setorizado. Os setores social, serviço e íntimo são bem delimitados, dentre eles, o centro da casa é o setor social. É interessante destacar também a grande varanda para a qual os aposentos se abrem, que funciona como um ambiente amenizando a temperatura e melhorando a ventilação. Os quartos e salas receberam piso em tacos de madeira do tipo acapu, pau amarelo ou sucupira. As áreas molhadas, assim como avaranda e as circulações foram instaladas pastilhas em forma de mosaico.



Figura 10: Redesenho de plantas originais do Edifício.
Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

A mistura de elementos da arquitetura tradicional com a moderna é visível nas plantas redesenhadas. Quanto aos ambientes, ocorreu um desuso de alguns ambientes e a superposição de atividades em outros, como é o caso da copa, considerada desde a década de 20 uma área de estar importante, que foi perdendo a importância aos poucos e desaparecendo das casas modernistas. A sala de visitas e a de jantar, por exemplo, que na casa tradicional aconteciam separadamente, na casa moderna aparecem em um único

ambiente. Observa-se a existência de apenas um banheiro social amplo para todo o imóvel, possuindo em todos os casos, incluindo a *kitnet* uma banheira, sendo chamado anteriormente de “sala de banho”. Nos anos 60 e 70 o banheiro reduziu de tamanho e se ligou diretamente ao quarto de dormir dando origem à suíte do casal. As esquadrias em madeira com venezianas e vidro são características da arquitetura regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência dessa “nova arquitetura”, ou seja, do moderno em Belém, nos direciona a uma interpretação que explore suas particularidades, que desvende os mecanismos mais além das materialidades das realizações (CHAVES, 2016). Waisman (2013) corrobora acerca da necessidade de se formular, ou reformular, os instrumentos historiográficos adequados para a compreensão da realidade particular da arquitetura na América Latina. Com essa intenção, se propõe a desmontar esses mecanismos da historiografia e remontá-los, de forma a possibilitar uma leitura crítica de sua arquitetura, para assim “não correremos o risco de nos equivocarmos ou desconhecermos nossa realidade”. Nesse sentido, refletir a realidade das tramas e motivações que a fizeram surgir.

A tentativa da implantação de uma modernidade arquitetônica em Belém é consequência da ruptura que se estabelece com o fim da economia da borracha, o desejo do retorno a essa modernidade e do interesse político que defendia a modernização como ideário do regime desenvolvimentista.

No presente artigo apresentamos os resultados parciais da pesquisa sobre modernização na cidade de Belém observada no eixo da Avenida Presidente Vargas. Observou-se um percurso que se constrói em um contexto econômico contrario a qualquer perspectiva de transformação e um contexto político frágil, onde a iniciativa privada teve fundamental importância. Nas décadas aqui estudadas iniciam, ainda que lentamente, transformações nos espaços e nas formas de morar, foi a condição de modernidade que se impôs como principal característica da nova habitação coletiva.

O Edifício Manuel Pinto da Silva transformou o *skyline* da cidade, implantando o “arranha-céu” na paisagem, seus três blocos de concreto armado destacaram-se orgulhosamente entre o casario rasteiro aos seus pés, se até então os maiores edifícios não ultrapassavam os 12 pavimentos, o Edifício mais que dobrava esse gabarito. Quando se vem a conhecer a história do grandioso empreendimento através dos documentos e fotografias antigas

somados ao carinho e admiração com que a ele se refere o povo paraense, constata-se a necessidade de ampliar a construção da historiografia acerca desta importante obra.

REFERÊNCIAS

BENEVOLO, L. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

BORGES, Ricardo. **Vivencia amazônica**: contribuição ao conhecimento sócio-político da região. Belém: CEJUP, 1986.

BROWNE, Enrique. **Ler plantas e aprender arquitetura**. Revista Projeto. São Paulo, 1996.

CHAVES, C. **Arquitetura, modernização e política entre 1930 e 1945 na cidade de Belém**. Vitruvius, 2008.

CHAVES, T. A. P. V. **Isto não é para nós? Um estudo sobre a verticalização e modernidade em Belém entre as décadas de 1940 e 1950**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

CHAVES, C. **Modernização, inventividade e mimetismo na arquitetura residencial em Belém entre as décadas de 1930 e 1960**. Revista Risco: revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, São Paulo, n. 4, p.145-163, fev. 2008.

_____. Moradias Modernistas em Belém (PA): **Documentando um novo modo de vida**. In: Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte, 2013.

_____. **Experiências do Moderno em Belém: construção, recepção e destruição**. VIRUS, São Carlos, n. 12, 2016.

CHAVES, C.; RODRIGUES, R. B. D. A Construção da historiografia da Arquitetura Moderna na Amazônia: **estudo da arquitetura residencial em Belém**. In: 4º Seminário Ibero- Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte, 2015.

CHAVES, C.; MIRANDA, L. C. A. Avenida Presidente Vargas: **onde Belém foi mais moderna. Um estudo sobre a verticalização da Avenida Presidente Vargas**. In: I SAMA – Seminário de arquitetura moderna na Amazônia. Manaus, 2016.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco A F. (orgs.). **Cidade e História – Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX**. Salvador: UFBA – Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, ANPUR, 1992.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GORELIK, Adrian. Prefácio in: **Modernidades de Província: Estado y Arquitectura en La Ciudad de Santa Fe, 1935-1943**, por Luis Müller. Santa Fe: Universidad Nacional del

Litoral, 2011.

GORELIK, Adrián. **O moderno em debate: Cidade, modernidade, modernização.** In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). Narrativas da modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MARINS, Paulo César Garcez. **Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras.** In: SEVCENKO, Nicolau (org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MEIRA FILHO, A. **Contribuição à história de Belém.** Imprensa Oficial do Estado, v. 1, 1976.

MELLO, F. de A. **A verticalização em Belém do Pará: um estudo das transformações urbanas e arquitetônicas em edifícios residenciais multifamiliares.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

NASCIMENTO, J. R. C. DO. História e cidade: **Compondo lugar de moradias na ocupação "Che Guevara". Percursos pela História, Memória e Antropologia.** Dissertação de mestrado em História Social da Amazônia. UFPA. Belém, 2008.

OLIVEIRA, J. M. G. C. de. **Produção e apropriação do espaço urbano: a verticalização de Belém.** Tese (Doutorado em Geografia Humana), FFLCH/USP, São Paulo, 1992.

OLIVEIRA, J. M. G. C. de. A verticalização em Belém-Pará, Brasil, nos últimos trinta anos: **a produção de espaços segregados e as transformações socioambientais.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, USP, 2005.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

PENTEADO, Antônio Rocha. Belém: **estudo de geografia urbana.** Vol I e II. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.

PEREIRA, Rubens de Mattos; FERRARI, Celson. **Organização Administrativa para o Planejamento municipal.** Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação Rio de Janeiro 1969.

SILVA, J. C. B. **Edifício Manuel Pinto da Silva: uma intervenção no patrimônio de Belém.** Monografia; Especialização em Patrimônio Histórico e Cultural - Universidade Federal do Pará. 2010.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história.** Trad. de Antônio José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1983.

WAISMAN, Marina. O interior da história: **historiografia arquitetônica para uso de latino- americanos.** Parte 2. São Paulo: Perspectiva, 2013.